



Entre a atuação militar e a construção da memória: o marquês de Barbacena na campanha da Cisplatina

Between Military Performance and Memory Construction: the marquis of Barbacena in the Cisplatin War

Entre la acción militar y la construcción de la memoria: el marqués de Barbacena en la campaña de la Guerra Cisplatina

Rafael Cupello Peixoto

Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Professor Auxiliar do Centro Universitário Celso Lisboa e Professor Adjunto I da Universidade de Vassouras (Univassouras). E-mail: rafael.cupello.peixoto@gmail.com.

RESUMO

O artigo analisa a atuação do marquês de Barbacena na Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), articulando sua trajetória militar às disputas políticas do Primeiro Reinado e aos processos de construção da memória histórica. Inserido no debate historiográfico recente, o estudo propõe compreender o conflito para além de sua dimensão estritamente militar, destacando suas implicações políticas e diplomáticas na formação do Estado imperial brasileiro. A partir de uma abordagem de micro-história, examinam-se fontes memorialísticas, biográficas e impressos da época, evidenciando como a imagem de Barbacena foi construída, disputada e reelaborada ao longo do século XIX. O artigo enfatiza os processos de construção da memória tanto do personagem quanto do pró-

prio conflito, em especial da Batalha do Passo do Rosário, demonstrando como diferentes agentes — contemporâneos, memorialistas e biógrafos — selecionaram, reinterpretaram e enquadraram os acontecimentos para produzir sentidos distintos sobre o episódio. Nesse processo, críticas e defesas de sua atuação militar foram mobilizadas como instrumentos de disputas políticas, enquanto iniciativas posteriores, inclusive de seus filhos e do IHGB, buscaram consolidar uma memória mais favorável do marquês e relativizar o desfecho do embate platino.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina; Barbacena; Memória Histórica; Batalha do Passo do Rosário; Historiografia.

*Artigo recebido em 17 de abril de 2026 e aprovado para publicação em 23 de maio de 2026.

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 89-120, 2026.

ABSTRACT

This article analyzes the role of the Marquis of Barbacena in the Cisplatine War (1825 – 1828), connecting his military trajectory to the political disputes of the First Reign and the processes of historical memory construction. Within recent historiographical debates, the study seeks to understand the conflict beyond its military dimension, emphasizing its political and diplomatic implications in the formation of the Brazilian imperial state. Using a microhistorical approach, it examines memoirs, biographies, and contemporary printed sources, highlighting how Barbacena's image was constructed, contested, and later reshaped. The article argues that criticisms of his military performance were closely linked to political tensions of the period, while his defenders attempted to rehabilitate his image through narratives that relativized the outcome of the conflict. It also underscores the role of his sons and the Brazilian Historical and Geographical Institute in shaping a positive memory of the figure. The study concludes that Barbacena's memory resulted from selective narrative frameworks, revealing more about their contexts than about the event itself, contributing to studies on the Cisplatine War and imperial historiography.

Keywords: *Cisplatine War; Barbacena; Historical Memory; Battle of Passo do Rosário; Historiography.*

RESUMEN

El artículo analiza la actuación del marqués de Barbacena en la Guerra de la Cisplatina (1825 – 1828), articulando su trayectoria militar con las disputas políticas del Primer Reinado y los procesos de construcción de la memoria histórica. Insertado en el debate historiográfico reciente, el estudio propone comprender el conflicto más allá de su dimensión militar, destacando sus implicaciones políticas y diplomáticas en la formación del Estado imperial brasileño. A partir de un enfoque de microhistoria, se examinan fuentes memorialísticas, biográficas e impresos de la época, evidenciando cómo la imagen de Barbacena fue construida, disputada y posteriormente reelaborada. El artículo demuestra que las críticas a su actuación militar estuvieron vinculadas a las tensiones políticas del período, mientras que sus defensores buscaron rehabilitar su imagen mediante narrativas que relativizaban el resultado del conflicto. Asimismo, se destaca el papel de sus hijos y del IHGB en la construcción de una memoria positiva del personaje. Se concluye que su memoria fue resultado de selecciones y encuadres narrativos, aportando a los estudios sobre la guerra y la historiografía imperial.

Palabras clave: *Guerra de la Cisplatina; Barbacena; Memoria Histórica; Batalla de Passo do Rosário; Historiografía.*

INTRODUÇÃO

A Guerra da Cisplatina (1825–1828) tem sido, nas últimas décadas, objeto de importantes reavaliações na historiografia platina. Em contraposição às interpretações tradicionais — fortemente marcadas por perspectivas nacionalistas e por abordagens centradas na história militar, diplomática ou política de viés tradicional —, pesquisas recentes têm buscado compreender o conflito a partir de dinâmicas transnacionais e regionais mais amplas, enfatizando a fluidez das fronteiras, a pluralidade das identidades políticas e os

processos de formação dos Estados nacionais no espaço platino.

De acordo com Pablo Ferreira e Murillo Dias Winter (2025), a historiografia uruguaia avançou significativamente nesse movimento de renovação, sobretudo a partir dos trabalhos de Ana Frega, ao privilegiar abordagens voltadas à dimensão regional do conflito, ao papel da diplomacia britânica e às disputas em torno da formação do Estado Oriental.

Durante muito tempo, entretanto, a

produção uruguaia interpretou a chamada Guerra do Brasil como um momento fundador da nacionalidade uruguaia, subordinando a complexidade política e diplomática do conflito à construção de narrativas nacionais e memorialísticas. Nesse sentido, a recente produção historiográfica tem procurado deslocar o foco das interpretações estritamente nacionais para análises que compreendem o espaço platino como região historicamente integrada, marcada por circulações políticas, alianças variáveis e projetos concorrentes de organização estatal.¹

No Brasil, a historiografia tradicional sobre a Guerra da Cisplatina privilegiou interpretações de caráter militar e descritivo, centradas na cronologia das batalhas e na atuação de chefes militares, como se observa nas obras de Paulo de Queiroz Duarte (1985), David Carneiro (1983) e Henrique Wiederspahn (1961) (FERREIRA; WINTER, 2025, p. 1-7).

Nos estudos dedicados à política externa do Império, predominou por muito tempo a interpretação de que o conflito representaria apenas um desdobramento da herança diplomática joanina. Pandiá Calógeras, por exemplo, afirmou que a guerra não constituiu uma iniciativa propriamente nacional, mas um problema herdado da política externa portuguesa. Para o autor, o conflito não mobilizou a sociedade brasileira, pois não havia identificação popular com a causa, sendo percebido como distante dos interesses internos; em suas palavras, a campanha do Prata não falava “à alma popular” (CALÓGERAS, 1988, p. 418 *apud* PEREIRA, 2007, p. 198).

Calógeras também sustentou que a Guerra da Cisplatina fomentou um espírito de desconfiança em relação à figura do Imperador, uma vez que predominava a percepção de que o novo Estado ne-

cessitava de paz para progredir e deveria promover uma política de “[...] aproximação continental com seus vizinhos” (PEREIRA, 2007, p. 198). Segundo o autor, a luta pela Cisplatina colocou o Brasil em posição diplomática delicada na América, expondo as fragilidades administrativas e militares do Império, além de gerar elevados custos financeiros e reduzido retorno político ao governo de d. Pedro I (CALÓGERAS, 1988).

Essa interpretação contribuiu para consolidar uma leitura segundo a qual a política externa brasileira do Primeiro Reinado seria apenas continuidade das práticas e interesses herdados da monarquia portuguesa, relegando a diplomacia imperial do período a um estágio ainda “imaturo” de formação estatal. Não por acaso, muitos estudiosos das relações internacionais brasileiras sustentam que uma política externa propriamente nacional teria se consolidado apenas após a Abdicação, tendo se caracterizado “[...] pelo protagonismo do Império em suas ações no Prata, quando este empreendeu campanha contra Oribe e Rosas e no Segundo Reinado” (PEREIRA, 2007, p. 60).² Soma-se a isso o argumento de João Paulo Pimenta (2006), segundo o qual os recortes temáticos nacionais estabelecidos no século XIX limitaram a incorporação da experiência cisplatina à narrativa histórica brasileira, uma vez que apenas acontecimentos situados dentro dos atuais limites territoriais passaram a ser considerados parte legítima da história nacional (FERREIRA; WINTER, 2025, p. 1-7).

Mais recentemente, contudo, novas abordagens têm questionado essas interpretações. Em diálogo com a renovação historiográfica sobre a região platina, Aline Pinto Pereira (2007) argumenta que a Guerra da Cisplatina não deve ser compreendida apenas como herança da

política joanina ou como episódio periférico da formação nacional brasileira. Para a autora, o conflito precisa ser inserido no contexto mais amplo das disputas pela soberania e pela consolidação dos Estados nacionais na América pós-independência. Nessa perspectiva, a guerra representou não apenas um esforço de afirmação territorial do Império, mas também um momento fundamental de construção e legitimação do próprio projeto político imperial brasileiro. A autora em questão defende a existência de uma política externa efetiva no Primeiro Reinado, vinculada a um projeto de Estado e nação dirigida por d. Pedro I e seus aliados no processo de construção da legitimidade da monarquia constitucional brasileira no espaço platino.

Essa renovação historiográfica também dialoga com interpretações recentes que propõem compreender o espaço platino a partir de conexões transnacionais de longa duração. Rodrigo Goyena Soares (2024), por exemplo, ao analisar as origens da Guerra do Paraguai, insere os conflitos platinos em um ciclo mais amplo de disputas geopolíticas que atravessaram a região entre as invasões inglesas do Rio da Prata (1806 – 1807), passando pelas guerras de independência, como o enfrentamento entre Artigas e os centralistas de Buenos Aires, pelas lutas entre unitários e federais nas Províncias Unidas do Rio da Prata e pelos repetidos cercos a Montevidéu — como o de Manuel Oribe entre 1843 e 1851. Goyena Soares constrói sua narrativa em torno de eventos como a guerra entre Buenos Aires e a Confederação Argentina (1859 – 1861), os cercos militares que marcaram a história do Uruguai independente e os embates entre os projetos unitário e federalista.

Esses eventos, longe de serem marginais, compõem o pano de fundo essencial

para a compreensão da guerra de 1864, que o próprio intitula como uma “Guerra de Sessenta Anos”. O conflito de 1864 – 1870 não deve ser compreendido como um episódio isolado, mas como o clímax de conflitos na “região-mundo” platina travados ao longo de seis décadas (*ibidem*). A Guerra da Cisplatina, nesse sentido, não pode ser analisada de forma isolada ou exclusivamente nacional, mas como parte de um processo regional marcado por guerras, negociações diplomáticas, disputas e projetos concorrentes de organização estatal no Cone Sul.

É nesse debate historiográfico que o presente artigo busca se inserir. Partimos da hipótese de que a Guerra da Cisplatina não representou apenas uma continuidade da tradição diplomática joanina, mas integrou os esforços de formulação de um projeto político de Estado durante o Primeiro Reinado (PEREIRA, 2007). Ao lado das disputas pela soberania e pela consolidação territorial, estavam em jogo diferentes concepções de organização do poder imperial, de inserção regional do Brasil e de construção da legitimidade da monarquia brasileira no espaço platino. Assim, mais do que interpretar o conflito exclusivamente a partir de seus resultados militares ou diplomáticos, interessamos compreender como a guerra se articulou às disputas políticas internas do Primeiro Reinado.

Partindo dessa problemática, o artigo analisa a atuação de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, marquês de Barbacena, na Guerra da Cisplatina, buscando compreender como o conflito articulou disputas políticas vinculadas ao projeto de Estado e de nação defendido por d. Pedro I e seus aliados. Defende-se que a participação de Barbacena no conflito não pode ser entendida apenas em termos militares, mas como expressão

das tensões políticas do Primeiro Reinado e das tentativas de afirmação da soberania imperial brasileira no espaço platino.

A escolha do marquês de Barbacena como objeto de análise decorre justamente de sua posição estratégica no interior do Estado imperial. General em chefe do exército brasileiro na Batalha do Passo do Rosário, diplomata, ministro e conselheiro de Estado, Barbacena esteve diretamente envolvido em alguns dos principais debates políticos do período (PEIXOTO, 2022).

Sua trajetória permite observar, em escala reduzida, tensões mais amplas relacionadas à formação do Estado imperial brasileiro, às disputas entre guerra e diplomacia, aos embates em torno da política externa do Primeiro Reinado e às formas de construção da legitimidade da monarquia constitucional brasileira no âmbito interno (*ibidem*, 2022).

Neste artigo, mobilizamos um conjunto documental composto por memórias de participantes do conflito, periódicos da época, correspondências, escritos biográficos e publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A análise desse corpus permite compreender não apenas os debates contemporâneos sobre a Guerra da Cisplatina, mas também os processos posteriores de construção da memória do conflito e da atuação de Barbacena, evidenciando como sua imagem foi constantemente disputada, reelaborada e instrumentalizada em diferentes contextos políticos e intelectuais ao longo do século XIX e início do XX.

Metodologicamente, o artigo dialoga com os pressupostos da micro-história, especialmente a partir das reflexões de Giovanni Levi (1998). Embora Barbacena estivesse situado no topo da elite imperial — e não entre sujeitos subalternos ou periféricos frequentemente privilegiados pela tradição micro-histórica —, entende-

mos que a redução de escala possibilita apreender contradições, disputas e mecanismos de funcionamento do poder imperial que tendem a se diluir em abordagens mais amplas. Nesse sentido, a trajetória do marquês é tomada menos como objeto de uma biografia política tradicional e mais como ponto de observação privilegiado das tensões políticas que atravessaram o Primeiro Reinado.

“[...] QUE BOM ÊXITO SE PODE ESPERAR DE UMA CAMPANHA QUE TEM POR CHEFE UM GENERAL DESTA JAEZ?”: A CAMPANHA DA CISPLATINA E AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DE BARBACENA

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, marquês de Barbacena, nasceu em 19 de setembro de 1772, no arraial de São Sebastião, nas proximidades de Mariana, em Minas Gerais. Era filho do coronel Gregório Caldeira Brant e de Ana Francisca de Oliveira Horta (SIS-SON, 1999, v.2, p. 83-100). Ao longo do reinado de d. Pedro I, destacou-se como um dos personagens políticos mais relevantes do período.

Era procedente de duas linhagens de grande prestígio no Brasil colonial: de um lado, os Horta, integrantes da chamada “nobreza da terra”³ paulistana e protagonistas na formação de amplas redes de poder nas Minas setecentistas (ALMEIDA, 2007. p. 121-194); de outro, os Brant, família de origem belga com vínculos em Lisboa, que se estabeleceu no Brasil durante o ciclo do ouro e consolidou posição de destaque nas regiões diamantinas (HORTA, 1986, p. 111-142).

A atuação de Barbacena não se restringiu ao Primeiro Reinado, estendendo-se também à Regência. No reinado de d. Pedro I, participou de episódios centrais

da política imperial, como as negociações para o reconhecimento da Independência, a crise sucessória em Portugal e de tensões políticas internas do governo do primeiro imperador. Exerceu ainda funções de destaque na administração pública, como quando assumiu a pasta da Fazenda, em 1829, em meio a um contexto de forte instabilidade política. Durante a Regência, teve participação ativa nos debates que marcaram a chamada política do Regresso, propondo, em 1837, a revisão da legislação antitráfico de 1831 — de sua própria autoria —, em uma tentativa de redefinir os mecanismos de repressão ao tráfico negreiro diante das disputas políticas do período (PARRON, 2011).

Sua ascensão no interior do campo político imperial consolidou-se com a nomeação para o Conselho de Estado, em 9 de março de 1830,⁴ órgão considerado por José Murilo de Carvalho como a principal instância de deliberação política do Império e descrito por Joaquim Nabuco como o “cérebro da monarquia” (CARVALHO, 2006, p. 58). A posição de conselheiro representava, portanto, o ápice do “campo político”⁵ do regime. Entretanto, entre os diversos momentos de sua trajetória, ganha relevo sua participação na Guerra da Cisplatina (1825–1828), conflito no qual atuou diretamente e cuja importância foi decisiva não apenas para a sua projeção política, mas também para a concessão do título de marquês de Barbacena — elemento que o inscreve de forma incontornável nos desdobramentos militares e políticos dessa guerra, tema que passaremos a aprofundar.

Em 1826, passados quase dois anos do início do conflito, d. Pedro I decidiu nomear Caldeira Brant para o posto de general em chefe do exército imperial. Em razão dessa nomeação, o imperador concedeu-lhe o título de marquês de Barbacena,

em 4 de novembro de 1826,⁶ a fim de que dispusesse de plenos poderes sobre seus comandados. Segundo Pandiá Calógeras, um dos biógrafos de Barbacena e estudioso do conflito platino, Caldeira Brant recebeu um exército desorganizado, indisciplinado e faminto, com soldos atrasados, sem as vestimentas necessárias e com efetivo insuficiente para o embate.

Barbacena atribuía as más condições das tropas às ações ineptas do conde de Lages, então ministro da Guerra. Segundo Calógeras, Caldeira Brant conseguiu transformar um “bando” em um exército organizado e combativo, capaz de fazer frente ao numeroso exército portenho comandado pelo general Carlos María de Alvear (CALÓGERAS, 1982, p. 51-64). Ainda assim, a derrota na Batalha do Passo do Rosário (ou Ituzaingó),⁷ em 20 de fevereiro de 1827, provocou desgaste em sua imagem perante a opinião pública luso-brasileira.

Em 23 de junho de 1827, o jornal liberal português *Imparcial*, publicado na cidade do Porto, do editor-chefe Joaquim José da Silva Maia — amigo e defensor de d. Pedro I —, publicou uma avaliação crítica da atuação de Caldeira Brant à frente das tropas brasileiras na Campanha da Cisplatina:

O general em chefe do exército do Brasil é o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant), **pouco hábil para este emprego; ele não tem conhecimento topográfico do país aonde faz a guerra, é militar que nunca fez uma campanha, nunca comandou um corpo**, uma parada, nem mesmo fez uma guarda como subalterno: toda a sua vida esteve aplicado ao comércio e empresas de lavoura; e **os postos militares os alcançou no antigo regime do Brasil**, por aqueles meios que a corte facilitava aos ricos ambiciosos; e finalmente nos últimos anos esteve empregado em diplomata, e

em negociar o empréstimo em Londres. Que bom êxito se pode esperar de uma campanha que tem por chefe um general deste jaez? (BNP, *Imparcial*, n. 62, 23 jun. 1827, p. 311. Grifos nossos).

Segundo Silva Maia, portanto, Caldeira Brant era despreparado para o comando militar: desconhecia a geografia do teatro de operações, não possuía experiência de campanha nem de liderança de tropas, e sua ascensão na carreira estaria vinculada a práticas típicas do Antigo Regime no Brasil. Cabe destacar que, antes de dirigir o periódico portuense, Silva Maia foi redator do *Semanário Cívico*,⁸ na Bahia, por meio do qual atuou ativamente em defesa da revolução de 10 de fevereiro de 1821, ocorrida em Salvador, em apoio às Cortes de Lisboa. À época, Caldeira Brant, então inspetor-geral das tropas baianas desde 1811, posicionou-se abertamente contra o movimento. Em razão desse antagonismo político, Silva Maia passou a dirigir-lhe críticas contundentes, afirmando, por exemplo, que não inspirava confiança por ter conspirado contra o movimento e que não poderia ser considerado um constitucional, visto que fora pelos “[...] defeitos do antigo regime é que estava feito marechal, comendador, alcaide-mor; diretor da Caixa de Descontos! Que serviços havia ele feito à nação para adquirir todas aquelas mercês? Ora no novo sistema lhe era muito dificultoso” (*Semanário Cívico*, 1821 *apud* SILVA, 2008, p. 93).

Silva Maia denunciou ainda a existência do chamado “partido felisbertino”. Tal acusação baseava-se em um panfleto publicado em 1º de março de 1821, na cidade da Bahia, que apontava a atuação de um “partido” liderado por Caldeira Brant, caracterizado como de cunho “republicano”, isto é, revolucionário, por supostamente trair d. João VI e manipular o conde da Pal-

ma.⁹ É provável que o panfleto tenha sido produzido por um defensor das Cortes de Lisboa. Para Silva Maia, Caldeira Brant e o “partido felisbertino” defendiam a permanência do rei constitucional no Brasil independente de Portugal. Em sua leitura, integravam essa mesma família política figuras como o conde de Palmela — associado a um modelo de constitucionalismo à inglesa, com Câmara Alta — e o conde dos Arcos (*ibidem*, p. 94). Nesse sentido, o redator entendia como característica da própria aristocracia a preferência “pelo constitucionalismo inglês, ou mesmo pela constituição francesa de 1814, na qual o rei conservava parte do seu poder, ao contrário do constitucionalismo português de 1822, muito mais democrático” (*ibidem*, p. 94-95), ao tornar “o monarca um mero executor das determinações do Congresso” (*ibidem*, p. 95).

Dessa forma, a rivalidade entre Silva Maia e Caldeira Brant antecedia os acontecimentos ligados à Guerra da Cisplatina, estando ancorada em divergências políticas mais amplas, especialmente no que se refere aos projetos de constitucionalismo para o Brasil.¹⁰ Todavia, Caldeira Brant não encontrou melhor sorte na imprensa nacional. Na Corte, por exemplo, *A Aurora Fluminense*, periódico dirigido por Evaristo da Veiga — liberal moderado e crítico do governo de d. Pedro I —, publicou, na edição nº 65, de 9 de julho de 1828, a defesa de que o marquês fosse submetido a um Conselho de Guerra, “depois da batalha de Ituzaingó” (Biblioteca Nacional, *A Aurora Fluminense*: jornal político e literário, 1828, p. 268).

No âmbito da Câmara dos Deputados do Brasil, a situação de Caldeira Brant tampouco se mostrava mais favorável. Parlamentares alinhados à oposição política de d. Pedro I criticavam duramente o governo em razão da longa e

onerosa guerra platina, atribuindo parte significativa das responsabilidades a Caldeira Brant (ACD, 2 mai. 1830, p. 54 *apud* PEREIRA, 2007, p. 109). Para seus defensores, contudo, tais ataques eram de natureza essencialmente política e desproporcional. Argumentava-se que Caldeira Brant teria, na prática, absorvido críticas originalmente dirigidas ao primeiro imperador, sendo sua atuação avaliada à luz das tensões mais amplas do período.

Nesse sentido, o resultado da Batalha do Passo do Rosário era mobilizado como elemento de defesa. Segundo essa interpretação, uma análise desapassionada do conflito indicaria um desfecho incerto, sobretudo quando se consideram as perdas de ambos os lados e as decisões tomadas pelo general Alvear após o combate, que não desferiu um “golpe de misericórdia” sobre as tropas brasileiras. Ademais, foi o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata que, pouco depois da batalha, buscou negociar a paz, e não o governo imperial brasileiro — postura que, segundo essa leitura, não condiz com a de um lado vitorioso. Assim, não seria possível afirmar categoricamente uma derrota brasileira, uma vez que o próprio governo platino iniciou tratativas de paz, ainda que o conflito tenha se prolongado até a assinatura definitiva do acordo entre as duas nações, em 1828 (CALÓGERAS, 1982, p. 57).

Curiosamente, no que diz respeito à assinatura do acordo de paz entre Brasil e Buenos Aires, encontra-se uma carta de Francisco Gomes da Silva, datada de 13 de outubro de 1828, endereçada ao marquês de Barbacena, na qual o autor o elogia pela “próxima verificação de paz [na Cisplatina], notícia que veio por este pacote Elisabeth: igualmente dou-lhe os parabéns pela mercê de Grã-Cruz do Cruzeiro que Nosso Amo se dignou fazer-lhe

ontem”.¹¹ Cabe ressaltar que, nesse momento, Caldeira Brant ainda não contava com a antipatia de Francisco Gomes da Silva, o “Chalaça”. Antes do rompimento entre ambos, eram figuras próximas na corte de d. Pedro I e mantinham correspondência pessoal. A posterior descoberta, por “Chalaça”, de que seu afastamento da corte carioca e envio para Londres, em abril de 1830, teriam sido articulados por Barbacena, levou-o a descrevê-lo como um sujeito de “caráter dobre e atraído”, associando-o aos “obscuros discípulos da escola de Maquiavel, que, tomando mal as lições do grande mestre da dissimulação, caem vítimas de seus próprios enredos, e traições”.¹²

Todavia, a correspondência mencionada sugere mais do que simples congratulações. Ela indica que a atuação do marquês não foi percebida pelo imperador como desastrosa, uma vez que d. Pedro I fez questão de agraciá-lo com a Grã-Cruz do Cruzeiro por sua participação à frente do exército imperial e por ter, em sua avaliação, contribuído para o encaminhamento da paz no conflito. Além disso, o Imperador nomeou o marquês para duas importantes missões na época: seu segundo casamento e as questões ligadas à sucessão do trono português, ao chefiar a delegação que levaria d. Maria da Glória à corte austríaca de seu avô, d. Francisco I, pai da primeira consorte d. Leopoldina (PEIXOTO, 2022, p. 174-201).

Mas, afinal, teria sido o marquês de Barbacena o responsável direto pela derrota na Batalha do Passo do Rosário? As críticas que lhe foram dirigidas seriam, de fato, justas ou resultariam das intrigas políticas que marcaram o Primeiro Reinado? E de que maneira seus principais biógrafos interpretaram sua atuação no conflito?

O retorno às memórias publicadas sobre a Guerra da Cisplatina, bem como às

biografias dedicadas a Barbacena, oferece um caminho produtivo para responder a essas questões, ao mesmo tempo em que permite compreender os contextos de produção dessas narrativas e os interesses envolvidos em sua difusão.

Diante desse conjunto de disputas — que envolveram imprensa, Parlamento e círculos próximos à corte —, torna-se evidente que a atuação de Caldeira Brant esteve longe de suscitar interpretações consensuais entre seus contemporâneos. Ao contrário, sua trajetória foi marcada por leituras divergentes, atravessadas por posicionamentos políticos e por distintos projetos de organização do Estado imperial. Se, por um lado, parte da opinião pública construiu uma imagem negativa de seu desempenho militar, por outro, seus defensores mobilizaram argumentos que relativizavam os resultados do conflito e deslocavam as responsabilidades para instâncias mais amplas do governo.

É nesse cenário de disputas interpretativas que se insere a construção posterior da memória sobre o marquês de Barbacena. Ao longo do século XIX, especialmente por meio de escritos biográficos e relatos memorialísticos sobre o conflito platino, observa-se um esforço de reavaliação de sua atuação, frequentemente orientado pela tentativa de atenuar críticas e reafirmar sua relevância política e militar. Nesse processo, destaca-se o papel desempenhado por seus filhos, que atuaram diretamente na produção e difusão de uma memória mais favorável à figura do pai, contribuindo para a consolidação de uma narrativa que buscava reposicioná-lo no interior da história do conflito. É a partir dessa perspectiva que, no tópico seguinte, analisaremos as biografias de Barbacena e os testemunhos memorialísticos sobre a guerra, atentando para os mecanismos de construção dessa memó-

ria e suas implicações historiográficas.

“UM EPISÓDIO MILITAR DE RESULTADO INCERTO NÃO PODE NEM DEVE DIMINUIR A GLÓRIA DE QUEM, COMO ELE, DEDICOU SUA VIDA AO SERVIÇO DA PÁTRIA”: AS DISPUTAS, SELEÇÕES E ENQUADRAMENTOS NARRATIVOS A RESPEITO DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

Joël Candau (2012) afirma que memória e identidade estão indissociavelmente articuladas. Para o autor, toda memória resulta da transmissão de um capital composto tanto por lembranças quanto por esquecimentos. Nesse sentido, a memória é simultaneamente moldada por nós e responsável por nos moldar. O “fazer memória” decorre da preocupação humana em impedir que desapareça aquilo que os homens produziram (*ibidem*, p. 107). No entanto, Candau ressalta que a transmissão da memória não se limita a legar conteúdos ou manter vivas determinadas lembranças, mas implica também na transmissão de modos de estar no mundo. Assim, a memória tem como vocação “fixar” o passado com vistas a preservar e transmitir dados fatuais, constituindo “passados formalizados” que tendem a restringir as interpretações possíveis, produzindo uma memória “educada” ou mesmo “institucional” (*ibidem*, p. 118).

Desse modo, não há memória “autêntica”: toda memória é construída e forjada em função de estratégias identitárias, operando “no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento” (*ibidem*, p. 106). Nessa perspectiva, toda memória é seletiva e frequentemente atravessada por disputas entre narrativas antagônicas

(*ibidem*, p. 107-111).

Em diálogo com essas reflexões, Michel Pollak (1989), em *Memória, esquecimento e silêncio*, argumenta que a memória é sempre definida pelas contingências do presente, sendo fundamental identificar os elementos que a formalizam e os objetivos mais amplos que ela pretende alcançar.

Partindo das contribuições de Pollak (1989) e Candau (2012), buscamos compreender de que modo se instituiu uma memória da participação de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira, marquês de Barbacena, na Guerra da Cisplatina. Se toda memória é condicionada pelas circunstâncias do presente, quais fatores possibilitaram a construção de determinadas representações sobre o marquês e sua atuação no conflito? Para responder a essas questões, analisaremos produções de memorialistas contemporâneos à guerra, bem como a produção de obras biográficas sobre o marquês e como elas retrataram sua presença no litígio platino. Procuraremos reforçar em nossa análise os contextos específicos de elaboração de cada uma dessas narrativas.

Em carta datada de 16 de julho de 1886, Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu e filho de Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, solicitava a José Alexandre Teixeira de Melo, chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: “Queira V.S.^a me dizer se na Biblioteca Nacional existe o seguinte folheto *História abreviada da vida e ações do coronel Felisberto Gomes Caldeira* por José Joaquim da Silva Guimaraes”.¹³ Em nova correspondência, de 4 de agosto de 1886, requereu informações sobre a existência da “obra da Vida do padre Belchior de Pontes, pelo padre Manuel da Fonseca”, bem como de “um folheto [d]a defesa do general Alvear perante o Conselho de

Guerra, e nesta defesa lhe faz muitos elogios ao meu pai”.¹⁴

O documento mencionado por Pedro consistia em uma exposição escrita pelo general Carlos María de Alvear, na qual buscava defender-se das acusações relativas à sua atuação militar na Campanha da Cisplatina, especialmente a de que seu exército fosse desorganizado. Nesse folheto, Alvear procurava refutar a desconfiança de que suas forças não teriam efetivamente vencido a Batalha do Passo do Rosário. É significativo notar que o general argentino foi alvo de críticas e suspeitas muito semelhantes às dirigidas a Barbacena por opositores do governo de d. Pedro I (GONÇALVES, 2014, p. 1-11).

As solicitações do conde de Iguaçu inseriam-se no processo de elaboração de um códice intitulado *Memórias genealógicas e históricas da família Brant e outras*,¹⁵ de sua autoria, por meio do qual buscava afirmar sua família como integrante da nobreza brasileira, conferindo-lhe maior destaque. Tal iniciativa relaciona-se, inclusive, ao fato de ser cunhado bastardo de d. Pedro II, revelando a permanência de valores culturais herdados do Antigo Regime, nos quais os indivíduos eram avaliados conforme sua proximidade com o centro do poder. Assim, “quanto mais próximas as pessoas estiverem do local do poder central, mais honradas elas serão e podem ter, por exemplo, prestígio ou salários mais altos” (LEVI, 2014, p. 17).

Todavia, a Batalha do Passo do Rosário e a atuação do marquês de Barbacena despertaram interesse para além da iniciativa de seu filho Pedro. O IHGB, reconhecido como “Casa da Memória Nacional” e principal espaço de circulação de ideias entre a elite política e letrada do país, publicou, em diferentes edições de sua revista, memórias relativas ao confronto. Entre os anos de 1860 e 1886,

identificam-se ao menos três referências à Guerra da Cisplatina.¹⁶

Em estudo recente, Luciana Fernandes Boeira (2013, p. 244) sustenta que a divulgação de trabalhos sobre a Campanha do Sul pode ser compreendida como parte de uma estratégia do Instituto voltada à reabilitação de heróis patrióticos que sustentassem o regime monárquico, já em crise na segunda metade da década de 1880:

passados quase sessenta anos do fim das campanhas militares brasileiras na Cisplatina, o IHGB continuava cedendo espaço em sua Revista para a divulgação de um trabalho sobre a Batalha de Ituzaingó. Ao que tudo indica ainda se fazia necessário compreender a humilhante derrota para o exército do argentino Carlos María Alvear, chefe do exército republicano, que, dando sequência ao trabalho de enfrentamento em relação à soberania do Império na região, iniciado por Juan Lavalleja, comandou a vitória sobre o Brasil no Passo do Rosário. [...]. Além disso, a concordância de publicar um texto de revisão historiográfica, como o de Deiró, que condenava a interpretação corrente na época a respeito do desastre militar que o país viveira na região fronteira platina, era uma oportunidade oferecida pelo IHGB de reabilitar a figura do marquês de Barbacena em um período como a segunda metade da década de 1880, no qual o Império precisava de heróis patriotas que defendessem o regime monárquico já em estado de falência. (BOEIRA, 2013, p. 244)

Entre as memórias publicadas entre 1860 e 1886, destaca-se aquela oferecida por Felisberto Caldeira Brant, 2º visconde de Barbacena e sócio do IHGB desde 1841 (RIHGB, 1886, p. 289-554). Tal iniciativa evidência que a preocupação em construir e preservar uma memória “positiva” do marquês de Barbacena não se restrin-

giu ao conde de Iguaçu, sendo também partilhada por seu irmão Felisberto. Intitulada *História da Campanha do Sul*, a obra, publicada na *Revista do IHGB* (RIHGB) em 1886, constitui um dos exemplos mais enfáticos de defesa da atuação de Barbacena na Guerra da Cisplatina (*ibidem*).

De modo geral, tanto essa publicação quanto as de 1860 (RIHGB, 1860) e 1874 (RIHGB, 1874) sustentavam a legitimidade da atuação de Barbacena como general em chefe do exército imperial, ao mesmo tempo em que buscavam explicar o insucesso brasileiro no conflito. Entre os argumentos mobilizados, destacavam-se as precárias condições das tropas — descritas como desorganizadas, indisciplinadas, mal equipadas e com soldos atrasados —, a insuficiência de efetivos, a condução considerada inadequada por parte do conde de Lages, então ministro da Guerra, e a incapacidade do imperador em intervir de forma eficaz diante dos problemas enfrentados pelo exército.

Nesse quadro interpretativo, Barbacena era apresentado como responsável por conferir coesão e capacidade combativa a forças inicialmente frágeis, conseguindo organizar um contingente capaz de enfrentar o exército portenho comandado por Carlos María de Alvear. Assim, as críticas dirigidas à sua atuação eram reinterpretadas como produto das disputas políticas do Primeiro Reinado, especialmente no interior da Câmara dos Deputados, onde opositores do governo de d. Pedro I instrumentalizavam o episódio militar para atingir a figura do imperador. Nesse sentido, a imagem negativa de Barbacena aparecia, nessas narrativas, menos como resultado exclusivo de sua atuação no campo de batalha e mais como efeito das tensões políticas do período.

Acrescentando uma nova hipótese às proposições de Fernandes Boeira acerca

das motivações que levaram o IHGB a retomar estudos sobre a Guerra da Cisplatina, é possível sugerir que tais trabalhos também tenham operado como instrumento de “reconstrução” de uma memória “positiva” do próprio exército brasileiro. Isso se torna particularmente significativo quando se considera que essas publicações ocorreram em um contexto no qual o País recém havia saído vitorioso do mais violento conflito da América do Sul, a Guerra do Paraguai.¹⁷

Nesse sentido, observa-se que os trabalhos publicados apresentam certa convergência interpretativa ao relativizar — ou mesmo negar — a vitória platina no embate do Passo do Rosário. Argumenta-se, por exemplo, que as perdas das forças argentinas teriam sido superiores às do exército imperial, apesar das desvantagens brasileiras em número de homens e recursos. Além disso, os memorialistas sustentaram que a busca por um acordo de paz, logo após o confronto, por parte dos argentinos — e não do governo imperial — indicaria que o desfecho do embate não poderia ser compreendido como uma vitória de seus adversários.

Esses elementos interpretativos, associados à valorização da atuação de Barbacena, aparecem de forma recorrente nas produções biográficas e memorialísticas sobre o conflito, constituindo um padrão narrativo que será analisado mais detidamente adiante. No que se refere ao impresso oferecido pelo 2º visconde de Barbacena para publicação na *Revista do IHGB*, em 1886, algumas considerações adicionais ainda se fazem necessárias.

Quando veio a público nas páginas da *Revista*, o impresso foi divulgado sem autoria explícita, sendo o espaço correspondente preenchido “com três sinais gráficos: ‘História da Campanha do Sul em 1827. Batalha de Ituzaingó, por ***.

Oferecida pelo visconde de Barbacena” (BOEIRA, 2013, p. 243). Em pesquisa dedicada ao resgate do passado rio-grandense como problema político-historiográfico no Brasil imperial, Luciana Fernandes Boeira atribuiu a autoria do texto a Pedro Eunápio da Silva Deiró (1829-1909), “literato baiano de posição reconhecidamente monarquista e amigo pessoal de José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco e sócio do IHGB havia muitos anos” (*ibidem*, p. 243).¹⁸

Eunápio Deiró, bacharel em Direito e reconhecido por sua habilidade oratória (BLAKE, 1893, p. 328-329), produziu um trabalho que, segundo Boeira (*ibidem*, p. 238), pode ser situado no contexto das transformações da escrita da história ao longo do século XIX. Nesse período, sob forte influência da matriz europeia — sobretudo francesa —, a historiografia aproximou-se progressivamente de critérios associados à cientificidade, afastando “paulatinamente a história dos saberes ligados à arte e à filosofia”. Nessa perspectiva, caberia ao historiador a tarefa de emitir “um julgamento justo dos fatos do passado” (*ibidem*, p. 240).

Valendo-se de sua formação jurídica, Deiró construiu uma narrativa que aproxima o historiador da figura de um advogado de defesa, apresentando seus argumentos a um leitor investido no papel de jurado (*ibidem*, p. 241). Desse modo, o texto busca sustentar a inocência do réu, “representado pelo marquês de Barbacena, considerado uma vítima das circunstâncias políticas de seu tempo” (*ibidem*, p. 242). No prefácio da obra, afirmou Deiró:

Ora, a campanha do Sul é avaliada conforme a tradição, corrente desde 1827. O historiador que a expusesse sinteticamente renovaria o erro tradicional; para dissipar esse erro, de necessidade deve examinar e discutir

uma por uma as peças e documentos do processo. Consequentemente a sua obra se ressentirá do defeito inerente a todo o processo, repetição e monotonia; não lhe é dado escrever uma obra correta com as formas estéticas. A falar a verdade, este assunto, ainda não está preparado para constituir-se domínio da história. É preciso discuti-lo e pleitear perante a opinião do país a causa da merecida fama do nome ilustre do general de Ituzaingó. Não é uma matéria sem contestação; só à força de repetidas demonstrações muita gente se convencerá que não houve uma estrondosa derrota em 20 de fevereiro no Passo do Rosário. Só a crítica analítica das paixões políticas do tempo, dos interesses dos partidos, dos erros e loucuras do governo e do imperador, pode explicar como se formou a opinião nacional tão adversa ao marquês de Barbacena (RIHGB, 1886, p. 290 *apud* BOEIRA, 2013, p. 240-241).

Portanto, o impresso de Eunápio Deiró contribuiu para o esforço do 2º visconde de Barbacena em resgatar uma imagem positiva de seu pai. Contudo, a construção dessa memória não se limitou à Guerra da Cisplatina. Se, para Pedro Caldeira Brant, reafirmar a “grandeza” paterna significava garantir à família Brant um lugar de destaque nos panteões nacionais, para seu irmão Felisberto a estratégia envolveu destacar a participação do pai em episódios centrais do Primeiro Reinado, projetando-o como uma espécie de “testemunha ocular” dos principais acontecimentos da história nacional diante da “opinião pública” do final do oitocentos.

Em periódicos do final do século XIX e início do século XX, é recorrente a associação do 2º visconde de Barbacena à ideia de “memória viva” da história. Em artigo sobre a aclamação de d. João VI, o colunista Vieira Fazenda afirmou: “De

tantos testemunhos que presenciaram tão pomposas solenidades e luxuosos festejos só resta hoje talvez o sr. Barbacena, o patriarca dos brasileiros”.¹⁹ No mesmo jornal, em 6/7 de maio de 1902, o visconde foi novamente acionado por Fazenda para esclarecer o local exato da execução de Joaquim José da Silva Xavier, mártir da Inconfidência Mineira:

temos o venerado sr. visconde de Barbacena, crônica viva do Brasil e que prestes a atingir cem anos, sua memória não vacila e responde sempre pronto a todas as perguntas de algibeira. Ainda anteontem tivemos a ventura de ouvi-lo, durante perto de duas horas, discursar sobre as pessoas e causas do passado. S. Ex. levava-nos, no Instituto Histórico, notas preciosas sobre a Inconfidência Mineira das quais nos utilizaremos em tempo. Por nós perguntado sobre o local de execução de Tiradentes, S. Ex., sem inventar e com a franqueza que o caracteriza, declarou-nos ignorar o lugar certo, porque na sua mocidade nunca se ocupara desse assunto, contentando-se com o que passava por geralmente aceito²⁰ (A NOTÍCIA, 1906, p. 3, grifos nossos).

Como se observa, o visconde era representado como “crônica viva do Brasil” e elevado à condição de “patriarca dos brasileiros”, isto é, uma autoridade memorial cuja legitimidade decorria de sua longevidade e de sua suposta fidelidade aos fatos. Sua memória era apresentada como segura e confiável, mesmo em idade avançada, reforçando sua posição como depositário privilegiado do passado nacional.

Essa imagem foi reiterada por ocasião de seu centenário, em 1902,²¹ quando jornais publicaram notícias biográficas em sua homenagem. Cabe destacar que entre os autores que escreveram sobre sua trajetória estava o próprio Eunápio Deiró, o literato baiano que, anos antes, tivera

seu estudo sobre a Batalha do Passo do Rosário publicado anonimamente na *Revista do IHGB* de 1886, por iniciativa do 2º visconde de Barbacena.²²

O esforço de construção de uma “memória positiva” acerca da atuação do marquês de Barbacena na Guerra da Cisplatina torna-se ainda mais evidente quando se observa a primeira memória histórica do confronto publicada na RIHGB de 1860, redigida por J. J. Machado de Oliveira, secretário militar do exército brasileiro nas campanhas do Sul, em 31 de outubro de 1849. Nela, Machado de Oliveira buscou, a partir de suas recordações,

desviar da memória do honrado general em chefe, sob cujo comando operou-se aquela campanha, qualquer impressionamento, que por ventura hajam feito no ânimo público as falsas e aleivosas imputações, que lhe assacaram seus adversários, atribuindo caluniosamente só a ele o revés que sofreram as armas do Império na batalha de 20 de fevereiro [...] (RIHGB, 1860, p. 498-499, grifo nosso).

Assim como no estudo de Deiró, as memórias de Oliveira tinham como objetivo resguardar a imagem de Barbacena, afastando de sua trajetória as acusações formuladas por seus adversários políticos. Ao longo do texto, o autor constrói uma narrativa cuidadosa, na qual Barbacena não é responsabilizado pelo desfecho do confronto. Ao contrário, sustenta que a Batalha do Passo do Rosário não poderia ser interpretada como derrota, uma vez que

se revés pode-se conscienciosamente chamar o fato de retirar-se o exército brasileiro do campo de combate com pequena perda de homens, quando o inimigo a tivera triplicadamente maior; retirada que o exército executou lentamente e na melhor or-

dem possível, e só a efeito de ver-se privado da sua munição de guerra de reserva, por ter caído em poder do inimigo [...] (RIHGB, 1860, p. 499).

Nessa perspectiva, Machado de Oliveira valoriza o desempenho das tropas imperiais, ressaltando que sofreram menos baixas que o inimigo e atribuindo a perda da munição a circunstâncias fortuitas. Para o autor, não houve falhas estratégicas relevantes por parte de Barbacena, inclusive no que se refere ao posicionamento das tropas no rio de Santa Maria.

Entretanto, diferentemente da iniciativa do 2º visconde de Barbacena em 1886 — que, por meio do estudo de Deiró, buscava diretamente defender a memória paterna —, a publicação de 1860 apresenta um esforço adicional de apuração. Ao final do texto, a RIHGB reuniu ofícios encaminhados a participantes do confronto, com o objetivo de esclarecer pontos controversos da batalha. Entre os consultados estavam João Caetano Espinho, oficial subalterno da Cavalaria; José da Costa Barros Fonseca, tenente do 1º Regimento de Cavalaria; e o marquês de Caxias, conhecedor da região e em contato com oficiais envolvidos na campanha. A todos foi enviado um questionário composto por nove perguntas, sendo elas:

1.º Qual era a força efetiva do Exército Brasileiro, sob o comando do Marquês de Barbacena, com a devida especificação das três armas: e bem assim pelo que diz respeito ao exército argentino, ao tempo que invadira ele o território do Brasil, sendo comandado por D. Carlos Alvear?

2.º O movimento, que fizera o exército argentino, retrocedendo da posição que ocupara em S. Gabriel, na direção do Passo do Rosario (no rio de Santa Maria) partiu da deliberação tomada pelo General Alvear, de retirar-se efetivamente, transpondo

este rio; ou fora antes ardil de guerra? E n'uma, ou n'outra hipótese, escolheu o general argentino o campo da batalha; ou aceitou aquele, em que a presença do exército brasileiro, que o seguia a mão tente, o obrigou a combater?

3.º Quais eram os acidentes do terreno em que pelejaram os dois exércitos? E a qual deles mais favoreciam aqueles acidentes?

4.º Que posições e formatura tomaram as duas divisões do exército brasileiro em relação à linha de batalha do inimigo? E quais as cargas bem ou malsucedidas empreendidas por ambos os lados?

5.º Conservaram essas duas divisões do exército brasileiro as posições que haviam ocupado desde o começo da batalha, até o momento da sua retirada? E guardaram elas sempre entre si a devida distância, para se apoiarem reciprocamente, e evitar, desta sorte, que o inimigo interceptasse a comunicação entre ambas?

6.º Que tempo durou o combate, até que o exército brasileiro foi mandado retirar? E ordenara o Marquês de Barbacena essa retirada, por efeito de graves perdas, que sofressem os corpos do exército; ou fora ele obrigado a assim proceder por algum outro motivo justificável?

7.º O destacamento da força de 1.400 homens de cavalaria, comandada pelo Coronel Bento Manoel (hoje Tenente-General) dias antes da batalha, teve por objeto operar uma diversão nas forças do exército inimigo; ou simplesmente observar os movimentos deste? E em que distância do exército se achava Bento Manoel, no dia da batalha, e por que motivo não acudiu ele ao lugar do combate, logo que ouviu os primeiros tiros; retirando-se ao contrário para mais longe, como é voz constante?

8.º Que forças numéricas empenharam na ação os dois exércitos? E qual fora a perda de homens, que experimentaram ambos em suas fileiras; com indicação das circunstâncias em que tiveram lugar as maiores perdas parciais para cada um deles?

9.º Efetuada que foi a retirada do exército brasileiro, achava-se ele em estado de ir buscar novamente o inimigo, e tentar por segunda vez a sorte da guerra? No caso afirmativo, que motivos induziram o Marquês de Barbacena a proceder de outra sorte? (RIHGB, 1860, p. 569-570)

A análise desse questionário revela a tentativa, por parte dos membros do IHGB, de “sentenciar” os acontecimentos, isto é, de estabelecer uma versão autorizada sobre a atuação de Barbacena e o resultado do combate no Passo do Rosário. Nele, buscava-se aferir quais críticas dirigidas a Barbacena possuíam fundamento militar e quais seriam efetivamente resultado de instrumentalização política.

Passemos a examinar as respostas ofertadas por Espinho, Fonseca e Caxias. Os depoimentos dos militares indicam que a escolha do terreno teria favorecido o comandante argentino Carlos María de Alvear, sendo interpretada como um equívoco estratégico de Barbacena. Ao mesmo tempo, confirmam que as perdas brasileiras foram inferiores às do exército inimigo, embora reconheçam problemas de movimentação das tropas ao longo do embate. A retirada ordenada por Barbacena é avaliada de forma positiva, diante das condições adversas — especialmente a exaustão da cavalaria e a perda de parte da munição.

No que se refere à atuação da cavalaria comandada por Bento Manuel, os relatos de Caxias e Barros Fonseca convergem ao apontar sua ausência no combate, por motivos não esclarecidos. Já João Caeta-



no Espinho declarou não dispor de informações suficientes para oferecer um relato preciso sobre o desenrolar da batalha (RIHGB, 1860, p. 567-584).

Portanto, diante desse conjunto de evidências, é possível afirmar que, entre as três publicações analisadas sobre o litígio na Cisplatina, o texto de J. J. Machado de Oliveira foi aquele que mais se aproximou de um esforço de sistematização técnica da guerra, especialmente no que se refere à Batalha do Passo do Rosário. A partir dos referidos depoimentos, é possível concluir que a atuação de Barbacena não foi desastrosa, como os opositores políticos de d. Pedro I e do próprio marquês afirmaram nos periódicos da época, embora também não possa ser compreendida como isenta de críticas. Os depoimentos evidenciam erros de condução por parte do marquês, sobretudo quanto ao ardil de guerra elaborado pelo general Alvear na escolha do principal terreno da batalha. Sua retirada final, diante das adversidades verificadas no campo de batalha, mostrou-se uma decisão militar possível dentro das circunstâncias do combate.

No entanto, a construção de interpretações sobre a atuação de Barbacena não se restringiu ao âmbito do IHGB. Nas principais obras biográficas dedicadas ao marquês — a nota biográfica na *Galeria dos brasileiros ilustres*, de S. A. Sisson (1999); *A vida do marquês de Barbacena*, de Antônio Augusto da Costa Aguiar (1896); *O marquês de Barbacena*, de João Pandiá Calógeras (1982); e o perfil escrito por Rodrigo Otávio Filho (1944) em *Figuras do Império e da República* —, observa-se um movimento semelhante de atenuação das críticas dirigidas ao personagem. Em geral, essas narrativas procuram relativizar o impacto do episódio militar, como sintetiza Otávio Filho ao afirmar: “Um episódio militar de resultado incerto não

pode nem deve diminuir a glória de quem, como ele, dedicou sua vida ao serviço da pátria” (OTÁVIO FILHO, 1944, p. 43). Cabe, portanto, examinar, ainda que de forma sucinta, os contextos de produção dessas obras e as estratégias narrativas mobilizadas para enquadrar a participação de Barbacena na Campanha da Cisplatina.

Publicada inicialmente em fascículos mensais a partir de 1857 e reunida em volumes em 1867, a *Galeria dos brasileiros ilustres*, organizada por Sébastien Auguste Sisson, constituiu uma das primeiras obras de ampla circulação e relevância nacional no Império, sobretudo no ambiente da Corte do Rio de Janeiro (MENESES, 2008). A obra insere-se no projeto historiográfico promovido pelo IHGB desde sua fundação, em 1838, cujo objetivo era, como destaca Temístocles Cezar (2003), estruturar um modelo de escrita da história capaz de organizar os procedimentos e critérios para narrar a formação da nação.

Nesse contexto, o gênero biográfico foi legitimado como ferramenta central, permitindo difundir a trajetória dos “grandes homens” e transformá-los em referências para o público. Sob a proteção direta de d. Pedro II — estando a obra “debaixo de sua imediata proteção especial” —, a *Galeria* também se articula ao contexto político da conciliação (1853 – 1862), funcionando como um empreendimento de celebração e integração das elites imperiais, ao transformar a memória dessas figuras em modelo público de virtude e patriotismo (ENDERS, 2000, p. 41-62). Em interpretação distinta da de Temístocles Cezar e Armelle Enders, Tâmis Parron defendeu a *Galeria* como elemento “monarquista, bacharel e escravista”.²³ Para ele, a publicação de Sisson ajudava a reforçar um projeto de “construção de si” que a elite política queria instituir, isto é, de um grupo homogêneo intelectual e profissional-

mente “inverso aos interesses agrários ou mercantis da escravidão negra”.²⁴

Produzida por Sisson — litógrafo al-saciano radicado no Brasil desde 1852 e profundamente integrado às redes da elite imperial (MENESES, 2008, p. 9-16) —, a *Galeria* não foi, entretanto, obra de um único autor. Como demonstra Temístocles Cezar, trata-se de um empreendimento coletivo, marcado inclusive pelo “silêncio” quanto à identificação de seus colaboradores, o que revela as ambiguidades do gênero biográfico no oitocentos, situado entre a história e a memória e voltado também ao espaço público, para além dos círculos acadêmicos. A obra reuniu cerca de noventa notícias biográficas acompanhadas de retratos litografados, contando com a colaboração de importantes nomes da cena intelectual brasileira, como Manuel de Araújo Porto Alegre, José de Alencar, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Otaviano (CEZAR, 2003, p. p. 73-94).

Ainda segundo Cezar, essa diversidade de autores contribuiu para uma estrutura heterogênea, marcada por diferenças de estilo, extensão e abordagem, além da ausência de critérios organizativos mais rígidos, o que evidencia os limites de cientificidade que o próprio IHGB buscava consolidar (*ibidem*). Logo, a *Galeria dos brasileiros ilustres* não se vinculava diretamente a projetos partidários específicos, sendo mais adequada sua compreensão como parte de um esforço mais amplo de construção simbólica da nação — interpretação distinta da feita por Tâmis Paron, que incorre no erro de deslocar para a Galeria e para Sisson sua teoria da “política da escravidão”.²⁵

É nesse contexto que se insere a nota biográfica do marquês de Barbacena, na publicação de Sisson. Sua trajetória é apresentada à luz desse projeto de valorização das figuras imperiais, de modo que

a narrativa de sua participação na Guerra da Cisplatina não se limita a interpretar o conflito, mas evidencia como sua imagem e atuação política são mobilizadas no processo de construção de uma memória nacional. Na *Galeria*, Barbacena é exaltado como um militar valoroso que, mesmo diante de condições adversas, teria contido o avanço inimigo e contribuído para a pacificação do conflito, reforçando sua posição como figura de destaque na história do Império (SISSON, 1999, v. 2, p. 83-100).

Publicada em 1896,²⁶ a obra de Antônio Augusto da Costa Aguiar constitui, até onde se tem notícia, a mais extensa e detalhada biografia do marquês de Barbacena. Inserida nos padrões da escrita biográfica oitocentista, a publicação busca afirmar-se como narrativa de “plena verdade histórica”, sustentada, como declara o autor no prefácio, em “documentos oficiais e autênticos” provenientes do Arquivo Público (hoje Arquivo Nacional) (AGUIAR, 1896). Tal pretensão se materializa ao longo da obra por meio da ampla mobilização de fontes — cartas pessoais, ofícios governamentais, documentos diplomáticos, discursos parlamentares e notícias de jornais — utilizadas como evidência para legitimar a trajetória do biografado.

Esse procedimento dialoga com o que Valdeci Lopes de Araújo (2011) identifica como uma reconfiguração da noção de *historia magistra vitae* no século XIX. Longe de representar um anacronismo, o uso dessa ideia revela uma adaptação às demandas do período, no qual a história passa a desempenhar funções pedagógicas e morais, ainda que não mais centradas exclusivamente na imitação de exemplos. Como destaca Araújo, tratava-se de redefinir “o que e como” a história poderia ensinar (ARAÚJO, 2011, p. 145), sobretudo em um contexto marcado pela formação

dos Estados nacionais e pela necessidade de construir “comunidades imaginadas”, conceito desenvolvido por Benedict Anderson (2008). Nesse sentido, gêneros como biografias, necrologias e elogios históricos assumiram papel central na difusão de valores e na consolidação de referências simbólicas para a nação.

É nesse horizonte que se insere a obra de Costa Aguiar. Ao apresentar Barbacena como figura de “fino tato” e elevada distinção (AGUIAR, 1896, prefácio), o autor não apenas reconstrói sua trajetória, mas também a mobiliza como instrumento de educação moral e política de uma sociedade recém-saída da experiência colonial. A ênfase recai sobre o homem público — diplomata, militar e parlamentar —, em detrimento de aspectos da vida privada, reforçando um padrão típico da biografia oitocentista. Dessa forma, Barbacena é alçado à condição de personagem exemplar, associado à defesa do Império e do regime monárquico constitucional, integrando um repertório de figuras destinadas a simbolizar e legitimar a construção da nação brasileira. Nesse conjunto, destaca-se o espaço conferido à Guerra da Cisplatina: a participação do marquês de Barbacena no conflito ocupa 178 das 974 páginas da obra, evidenciando a centralidade desse episódio na construção de sua imagem.

No extenso espaço dedicado a Cisplatina, chama a atenção o fato de que a narrativa do conflito é uma republicação dos estudos de Eunápio Deiró publicados pelo 2º visconde de Barbacena na *Revista do IHGB* de 1886. A republicação é confirmada pelo próprio Deiró, que, em artigo publicado no jornal *A Notícia*, de 14/15 de abril de 1896, intitulado “O marechal senador marquês de Barbacena”, faz referência direta à obra recém-lançada. Na ocasião, o literato baiano elogia o trabalho de Aguiar, destacando que “os leito-

res, ávidos de novidades, que um cronista pachorrento se compraz de registrar com exatidão irrepreensível, podem fartar-se naquelas páginas escritas com veracidade e pronunciado entusiasmo”.²⁷

Deiró reconhece que a leitura exigia certa paciência, mas ressalta que a obra “deixa, porém, bem evidentes os acontecimentos daquela época” e “põe em relevo os caracteres enérgicos de brasileiros beneméritos”.²⁸ Acrescenta ainda que publicações dessa natureza cumpriam dupla função: de um lado, registravam os acontecimentos da história nacional — suprimindo, segundo ele, uma lacuna, já que os brasileiros “não temos o hábito e o gosto de escrever a história”—; de outro, ofereciam ensinamentos ao presente, servindo de lição

no meio das lutas e das contradições do presente: ministra um estudo comparativo e certamente profícuo a respeito das dificuldades de estabelecer uma forma de governo: as incoerências, as incertezas, as violências, as lutas, os despotismos do nascente Império de 1821 se reproduzem sob outros aspectos na República de 1889. (A NOTÍCIA, 1896, p. 3)²⁹

Dessa forma, evidencia-se, mais uma vez, a vinculação de Eunápio Deiró aos princípios associados à cientificidade da escrita da história no século XIX, bem como à dimensão moral e pedagógica que, conforme analisado por Valdeci Araújo, passou a caracterizar o saber histórico no período. Para Deiró, os exemplos do “nascente Império de 1821” funcionavam como chave interpretativa para compreender os impasses políticos da República instaurada em 1889, incluindo suas práticas autoritárias.

No mesmo artigo, o autor chama atenção para o fato de que Aguiar reproduziu “uma memória sobre a campanha do Sul

em 1827, oferecida pelo sr. visconde de Barbacena” à *Revista do IHGB* de 1886, ressaltando tratar-se de uma “memória, que não foi escrita, mas somente oferecida pelo honrado e distinto filho do marquês”.³⁰ Somente em novo artigo, publicado em 31 de julho de 1896, é que Eunápio Deiró assumiria a autoria dessa memória, explicitando, assim, sua participação direta na construção dessa narrativa sobre o conflito.³¹

Outra obra que dedicou importante espaço a respeito da atuação de Barbacena na Guerra da Cisplatina foi o livro *O marquês de Barbacena*, de João Pandiá Calógeras (1982). Publicado em 1932 pela Coleção Brasileira — segundo volume da Série V, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada por Fernando de Azevedo (CARONE, 1976) —, a obra insere-se em um contexto de intensa produção intelectual voltada à interpretação do Brasil. Como observa Márcia de Almeida Gonçalves (2009), nas décadas posteriores à Revolução de 1930, proliferaram coleções dedicadas a refletir o presente à luz do passado, como a Coleção Azul e a Documentos Brasileiros.

Nesse cenário, embora Edgar Carone (1976, p. 212) tenha caracterizado a Coleção Brasileira como expressão de um pensamento conservador, pouco voltado à transformação social, estudos mais recentes, como o de Tolentino (2009), destacam sua importância para o debate historiográfico, especialmente no que diz respeito às potencialidades do gênero biográfico.

Esse debate se articulava ao chamado “boom biográfico” das décadas de 1920 a 1940, influenciado pela “biografia moderna”, associada a autores como Lytton Strachey e Wilhelm Dilthey, que defendiam o caráter híbrido do gênero, entre história e literatura (GONÇALVES, 2009; 2011). Nesse contexto, a biografia assumia também

uma função pedagógica e moral, voltada à construção de figuras exemplares para a formação nacional, em consonância com as políticas educacionais do governo Vargas (TOLENTINO, 2009).

É nesse horizonte que se insere a obra de Calógeras. Logo na introdução, o autor explicita sua preocupação em corrigir a memória negativa associada a Barbacena, afirmando que “[...] paira na mente popular a memória das calúnias que lhe prodigalizaram a inveja e o ódio daqueles a quem de tão alto dominava. Esse, em geral, o pago de nossos homens públicos” (CALÓGERAS, 1982, p. 3). Ao defender o biografado das acusações de corrupção — relacionadas, sobretudo, à sua atuação no Ministério da Fazenda —, Calógeras não apenas reabilita sua imagem, mas também critica uma prática recorrente na cultura política brasileira: o uso do argumento *ad personam* como mecanismo de deslegitimação de figuras públicas.

Essa postura pode ser compreendida à luz da própria trajetória do autor, que, segundo Carvalho (1935, p. 82), foi alvo de “uma das mais repugnantes campanhas de difamação” ao ocupar o Ministério da Fazenda no governo de Venceslau Brás. A experiência compartilhada entre biógrafo e biografado contribui para explicar o empenho de Calógeras em resgatar Barbacena como figura exemplar da história nacional. Nesse sentido, a obra reafirma o papel pedagógico da biografia ao propor, como afirma o autor, que “É o que nos move a mais fundamente conhecer o Brasil, para melhor amar e servir” (CALÓGERAS, 1982, p. 3).

Dividido em oito capítulos, o livro enfatiza, sobretudo, a atuação diplomática de Barbacena, destacando seu protagonismo em três momentos centrais da política externa do Primeiro Reinado: o reconhecimento da Independência, a crise suces-

sória portuguesa e a Guerra da Cisplatina. Ao privilegiar essas dimensões, Calógeras reforça a imagem do marquês como um dos principais homens públicos do Império, cuja trajetória deveria ser incorporada ao repertório simbólico da nação.

Nesse mesmo horizonte interpretativo — marcado pela função pedagógica da biografia e pela tentativa de reabilitação de figuras públicas —, João Pandiá Calógeras mobiliza a trajetória de Barbacena para responder às críticas construídas ao longo do século XIX. Ao tratar das ações de Caldeira Brant que antecederam a Batalha do Passo do Rosário, o autor procura confrontar diretamente a opinião pública da época, que o qualificava como um “general de antessalas dos potentados do dia e estrategista de antecâmaras rescendentes a almíscar” (CALÓGERAS, 1982, p. 57). Segundo o biógrafo, tais acusações derivavam de uma “propaganda injusta”, vinculada à “luta da Assembleia contra o imperador e seu governo”, sendo a “guerra movida ao marquês” apenas “um simples capítulo dessa ofensiva política” (*ibidem*, p. 63), cujos efeitos ainda persistiam na memória coletiva.

Dessa forma, ao escrever na década de 1930, Calógeras buscava reparar essas “injustiças históricas”, não apenas no que se refere à sua atuação política — marcada pela “fama” de corrupto, associada à sua saída do Ministério da Fazenda —, mas também no que diz respeito à sua atuação militar na Guerra da Cisplatina. Nesse sentido, Barbacena é apresentado como um comandante experiente e estrategicamente habilidoso, responsável por introduzir treinamento mais sistemático às tropas e por conduzir manobras que teriam influenciado o posicionamento do exército inimigo em São Gabriel, na direção do Passo do Rosário. Assim, a escolha do terreno por Carlos María de Alvear

é reinterpretada como resultado indireto das estratégias de Barbacena, e não como evidência de superioridade adversária.

Nessa linha argumentativa, Calógeras rejeita a ideia de que o confronto tenha sido resultado de uma emboscada, entendida como produto da “propaganda perversa do ódio” (*ibidem*, p. 57). Ao contrário, atribui o desfecho do combate a fatores externos à condução de Barbacena, destacando a ausência da cavalaria de 1.500 homens comandada por Bento Manoel e a responsabilidade do ministro da Guerra, conde de Lages, pela falta de suprimentos:

que responsabilidade recai sobre o ministro da Guerra, o conde de Lages, que não remetia os elementos (armas, munições e gente) que o marechal com suficiente antecipação lhe pedia? Sobre o chefe da cavalaria ligeira que, apesar das ordens, embora fosse dever intuitivo, não soube ‘*marcher au canon*’? (CALÓGERAS, 1982, p. 57)

Calógeras construiu uma narrativa voltada à relativização da derrota, ao sustentar que a batalha não alterou significativamente o curso da campanha, uma vez que “a Batalha de Passo do Rosário em nada havia melhorado a situação argentina [...] a ponto do governo julgar ser a paz com o Brasil questão de vida ou de morte” (*ibidem*). Para Calógeras, Barbacena teria conseguido transformar forças inicialmente desorganizadas em um exército capaz de enfrentar o inimigo em condições desfavoráveis, evidenciadas pela disparidade numérica — “6.000 brasileiros e 12 peças contra 8.000 argentinos e uruguaios e 24 canhões” (*ibidem*, p. 60) —, ainda assim com menores perdas do lado brasileiro.

Por fim, a interpretação construída por Calógeras dialoga diretamente com a

tradição memorialística consolidada nas *Revistas do IHGB* entre 1860 e 1886, posteriormente reforçada pelo 2º visconde de Barbacena ao oferecer para publicação os escritos de Eunápio Deiró (RIHGB, 1886, p. 289-554). Tal continuidade evidencia a persistência de um mesmo esforço narrativo de reabilitação da figura do marquês, agora atualizado no contexto intelectual e político das décadas de 1930 e 1940.

Em continuidade com a tradição interpretativa que atravessa as obras de Costa Aguiar e Pandiá Calógeras, Rodrigo Otávio Filho (1944) também procurou atenuar as críticas dirigidas à atuação de Barbacena na Batalha do Passo do Rosário. Em *Figuras do Império e da República*, publicada em 1944, o autor reúne seis ensaios biográficos — quatro dedicados a personagens do Império (marquês de Barbacena, visconde de Mauá, general Osório e Tavares Bastos) e dois da República (Prudente de Moraes e Ubaldo do Amaral) (OTÁVIO FILHO, 1944) —, inserindo-se no mesmo contexto intelectual que marcou a produção de Pandiá Calógeras.

Ao longo da obra, é possível identificar dois traços centrais da escrita biográfica das décadas de 1930 e 1940: de um lado, a preocupação em construir figuras exemplares, com função pedagógica na formação nacional; de outro, o debate acerca das relações entre biografia, história e literatura, que relativizava as pretensões de objetividade do discurso historiográfico. Sobre esse último aspecto, ao comentar a dificuldade de traçar o perfil de Barbacena, Otávio Filho afirmou:

Difícil, difícilíssimo, isto sim, será traçar-lhe o perfil, principalmente a quem não ignora a lição de Maurois, de que esse gênero de literatura pede os escrúpulos da ciência, os encantamentos da arte, a verdade sensível do romance. Tornam-se,

pois, necessários muita prudência e tato (OTÁVIO FILHO, 1944, p. 12).

Tal posicionamento revela sua adesão a uma concepção de biografia romanceada, inspirada em André Maurois — a quem o autor chegou a receber na Academia Brasileira de Letras —, segundo a qual seria possível conciliar os “escrúpulos da ciência” com os “encantamentos” da literatura. Nesse sentido, assim como em Calógeras, a reconstrução da trajetória de Barbacena não se limita à análise factual de sua atuação, mas integra um projeto mais amplo de valorização de personagens históricos como referências simbólicas para a nação.

Rodrigo Otávio Filho, embora destaque a participação de Barbacena no comando das tropas imperiais na Guerra da Cisplatina, opta por enfatizar outro eixo interpretativo: a caracterização do marquês como um homem à frente de seu tempo, contrastado à “pasmaceira” de sua época. Para sustentar essa leitura, o autor estabelece um paralelo com Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá — segunda figura biografada em sua obra —, sugerindo uma continuidade entre ambos. No ensaio dedicado a Mauá, Otávio Filho explicita essa relação ao afirmar:

Procurando seguir a linha lógica do progresso nacional — caso a lógica, pelos tempos que correm, possa ser invocada como base de raciocínio —, vamos encontrar, na atividade de Mauá, **como que a continuação de outra, surgida no princípio do século passado, nos últimos tempos do jugo colonial e nos primeiros de nossa vida independente: a atividade do marquês de Barbacena.** (OTÁVIO FILHO, 1944, p. 53, grifos meus)

Dessa forma, o visconde de Mauá é apresentado como herdeiro do “espírito

de iniciativa” de Barbacena, ambos associados a um mesmo projeto de modernização material do País. Ao aproximar essas trajetórias, Otávio Filho reforça a ideia de que figuras como Barbacena não apenas participaram de eventos políticos e militares relevantes, mas também integraram um movimento mais amplo voltado à inserção do Brasil no rol das nações consideradas desenvolvidas.

CONCLUSÃO

A análise das produções memorialísticas e biográficas sobre Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveria e Horta permite identificar a construção de um conjunto relativamente coeso de representações acerca do marquês de Barbacena. Entre elas, destacam-se a imagem do homem público exemplar, defensor do regime monárquico, diplomata hábil e militar injustiçado pelas circunstâncias políticas de seu tempo. Essa memória foi mobilizada de forma reiterada tanto por memorialistas, biógrafos quanto por seus próprios filhos, que atuaram diretamente na seleção, organização e difusão de documentos e narrativas destinadas a resguardar a honra e a projeção pública do personagem. Nesse processo, aspectos considerados negativos — como as críticas à sua atuação na Guerra da Cisplatina — foram sistematicamente relativizados ou reinterpretados, enquanto suas virtudes políticas, diplomáticas e militares foram amplificadas e transformadas em elementos constitutivos de uma identidade positiva e exemplar.

Entretanto, apesar de ser lembrado em pesquisas biográficas em um período aproximado de 87 anos, Caldeira Brant caminhou para um completo ostracismo a respeito de sua memória. Os limites da consolidação de Barbacena no panteão dos heróis duradouros da nação — como

Caxias e Osório, figuras militares de maior projeção na memória coletiva brasileira — podem ser compreendidos a partir de algumas hipóteses.

A primeira delas relaciona-se ao próprio significado histórico da Batalha do Passo do Rosário. A necessidade permanente de reabilitação do episódio — isto é, de reavaliar se houve ou não derrota das tropas brasileiras no conflito —, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1880, evidencia os limites simbólicos da campanha cisplatina. Como destacou Luciana Fernandes Boeira (2013), esse movimento ocorreu em um momento de profunda crise político-social da monarquia, ao mesmo tempo em que o Exército Brasileiro ascendia politicamente no cenário nacional em razão da vitória na Guerra do Paraguai (LE MOS, 2014, p. 401-444). Nesse contexto, a reabilitação de Barbacena também servia para reafirmar o papel político do Exército durante a crise final do Império.

Todavia, diferentemente de Caxias e Osório — vinculados a uma campanha reconhecidamente vitoriosa e incorporada à memória nacional, a Guerra do Paraguai —, Barbacena permaneceu associado a um conflito que, em última instância, resultou na perda da Cisplatina para o Império do Brasil e no surgimento de um novo Estado-Nação, o Uruguai. Ainda que seja possível relativizar a ideia de derrota absoluta brasileira no Passo do Rosário, o conflito permaneceu marcado, na memória pública, pela imagem de um desfecho militar e diplomático pouco glorioso.

Some-se a isso a reflexão de Joel Candau (2012) em seu estudo sobre as relações entre memória e identidade. Segundo o autor, quando uma memória deixa de exercer função legitimadora do presente — isto é, quando perde sua capacidade de reforçar tradições e identidades coletivas —, ela

tende progressivamente ao enfraquecimento, até se descolar da vida do grupo e desaparecer (*ibidem*, p. 123). Seria equívocado afirmar que Barbacena passou a ser simplesmente “esquecido” após a Proclamação da República e a construção de uma nova memória nacional sob valores republicanos. Evidentemente, a mudança de regime contribuiu para o progressivo apagamento de sua figura. Contudo, os sinais de enfraquecimento de sua memória pública já eram perceptíveis antes.

Após sua morte, em 13 de junho de 1842, surgiram protestos contra o “silêncio absoluto que a imprensa brasileira tem guardado sobre a morte do marquês de Barbacena, cidadão distinto e prestimoso, que a tantos respeitos honrou a pátria com seus raros talentos, ilustração e variados serviços” (BN. *Jornal do Comercio*, n. 247, p. 2, 17 set. 1842). A nota, assinada sob o pseudônimo de “Um Fluminense”, longe de contradizer nossa hipótese, reforça a percepção de que o esforço de fixação de Barbacena como integrante do “panteão” de grandes figuras da história imperial constituiu, sobretudo, um empreendimento particular de seus filhos — Pedro e Felisberto — e de biógrafos ligados afetivamente à família, mais do que uma política memorial promovida pelos intelectuais do *IHGB*.

É significativo, nesse sentido, que o marquês não tenha recebido sequer uma nota biográfica nas edições da *Revista do IHGB*, mesmo tendo um de seus filhos, Felisberto, integrado os quadros da instituição, principal responsável pela formulação de um projeto historiográfico voltado à escrita da história nacional. Tal ausência sugere os limites da incorporação de Barbacena à memória oficial do Império.

José Murilo de Carvalho (2009) destacou, ainda, a existência de um distanciamento geracional entre os homens que

fundaram o Império e aqueles nascidos durante o Segundo Reinado. Enquanto a primeira geração viveu os dramas da Regência, os segundos já não compartilhavam das mesmas preocupações em torno da unidade territorial e da consolidação do Estado imperial. Além disso, em oposição à antiga elite política, fortemente vinculada ao funcionalismo público, os homens da chamada “geração de 1870” eram, em grande medida, profissionais liberais, mais livres para criticar tanto o governo quanto a própria estrutura social do Império.

Nesse contexto, a “velha guarda” de políticos, responsável pela fundação da monarquia, passou a ser percebida como símbolo de um modelo político conservador incapaz de acompanhar os ideais de modernidade que circulavam na Europa da segunda metade do século XIX (ALONSO, 2002). Assim, figuras como o marquês de Barbacena perderam progressivamente sua capacidade de funcionar como referências legitimadoras de um determinado projeto de nação. Aos poucos, sua memória foi sendo deslocada para as margens da narrativa nacional, processo que nem mesmo os trabalhos produzidos na primeira metade do século XX conseguiram reverter de forma duradoura.

O breve estudo aqui exposto sobre sua participação no embate cisplatino possibilitou identificar alguns elementos que foram selecionados, a fim de instituir uma identidade ao referido personagem. Logo, pudemos aferir algumas manipulações de memória que foram propostas dentro do processo de construção de uma identidade sobre o marquês. Dessa forma, o percurso aqui analisado revela que a memória a respeito do marquês de Barbacena não foi resultado espontâneo da tradição histórica, mas sim fruto de disputas, seleções e enquadramentos narrativos que

responderam a diferentes contextos políticos e intelectuais — do Primeiro Reinado às décadas iniciais do século XX. Nesse sentido, mais do que recuperar “o que de fato ocorreu”, os textos examinados revelam como se buscou dar sentido ao passado, atribuindo ao marquês um lugar específico na história nacional.

O estudo aqui apresentado contribui também para os debates recentes sobre a Guerra da Cisplatina. Ainda que não se pretenda, neste momento, resolver de forma definitiva a questão acerca da atuação de Barbacena na Batalha do Passo do Rosário, torna-se evidente que não é possível compreender o conflito sem considerar o

papel central desempenhado por ele, bem como que a análise de sua atuação na guerra está indissociavelmente ligada às disputas políticas internas travadas entre d. Pedro I e seus aliados frente a seus opositores, no que diz respeito aos projetos de Estado e de nação defendidos à época.

Assim, o conhecimento das produções biográficas e memorialísticas sobre sua trajetória revela-se fundamental para uma leitura mais ampla e crítica do conflito platino, permitindo não apenas revisitar os acontecimentos, mas também compreender as formas pelas quais eles foram narrados, disputados e reinterpretados ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). Seção de Manuscritos

CARTA de Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu, a José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, 14 jun. 1886. Manuscrito. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Fundo Conde de Iguaçu. Cota: I-02, 12, 059.

CARTA de Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu, a José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, 16 jul. 1886. Manuscrito. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Fundo Conde de Iguaçu. Cota: I-02, 12, 060.

CARTA de Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu, a José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, 4 ago. 1886. Manuscrito. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Fundo Conde de Iguaçu. Cota: I-02, 12, 061.

Memórias genealógicas e históricas da família Brant e outras transcrições e originais, por Pedro Caldeira Brandt. Rio de Janeiro: [s. n.], [s. d.]. p. 5v. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Mss 17, 1, 016.

Fontes impressas

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). Seção de Periódicos/Hemeroteca Digital

AURORA Fluminense (A): Jornal Político e Litterario. n. 65, 9 jul. 1828. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

DocReader/706795/211. Acesso em: 10 jun. 2025. *Jornal do Commercio*, Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil, n. 247, 17 set, p.2, 1842. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/3731. Acesso em: 10 jan. 2025.

JORNAL do Commercio. n. 247, 17 set. 1842, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/3731. Acesso em: 10 jan. 2025.

O MARECHAL senador marquês de Barbacena. *A Notícia*, 14/15 abr. 1896, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=1401>. Acesso em: 6 jul. 2025.

O MARECHAL senador marquês de Barbacena. *A Notícia*, 31 jul./1º ago. 1896. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=1401>. Acesso em: 6 jul. 2025.

UMA PÁGINA do Império. *A Notícia*, 14/15 abr. 1905. Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos. Rolo PR-SPR 2515 – jan. a abr. ano XII, n. 93, p. 3.

UM POUCO do passado. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 2/3 dez. 1905, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=12209>. Acesso em: 5 jun. 2015.

ACLAMAÇÃO de D. João VI. *A Notícia*, 6/7 fev. 1906, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=12437>. Acesso em: 5 jun. 2025.

TIRADENTES (depoimentos dos velhos). *A Notícia*, 6/7 maio 1906, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=8598>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Periódicos, impressos e publicações

IMPARCIAL. n. 62, 23 jun. 1827. Sala dos Microfilmes. Biblioteca Nacional. J.288B.

Memórias oferecidas à nação brasileira pelo conselheiro GOMES DA SILVA, Francisco. *Memórias oferecidas à nação brasileira*. Londres: Impresso por L. Thompson, 19, Great St. Helens, 1831. Sala de Leitura Geral. H.G. 34.613 V.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

DICIONÁRIO biográfico da viscondessa de Cavalcanti. Lata III. Envelope 79.

NOTÍCIA sobre o falecimento do visconde de Barbacena. 29 maio 1906.

“VISCONDE de Barbacena”, por Eunápio Deiró. 20 jul. 1902.

Publicações e impressões



PEIXOTO, Rafael Cupello. Entre a atuação militar e a construção da memória: o marquês de Barbacena na campanha da Cisplatina.

HISTÓRIA da campanha do Sul por ***. Batalha de Ituzaingó. Oferecida pelo visconde de Barbacena. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XLIX, v. 1, p. 289-554, 1886.

RECORDAÇÕES históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina, sobre a questão da província Cisplatina, e durante o comando do tenente-general marquês de Barbacena, general em chefe do exército que operou naquela campanha. Por J. J. Machado de Oliveira. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XXIII, p. 497-584, out./dez. 1860.

Reminiscências da campanha de 1827 contra Buenos Aires. Pelo coronel A. A. F. de Seweleh. Traduzido do alemão pelo dr. Manoel Thomaz Alves Nogueira. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XXXVII, p. 399-462, jul./dez. 1874.

Obras de referência

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

GUIMARÃES, A. *Diccionario Bio-Bibliográfico Brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Ed. de Autor, 1938.

Teses e Dissertações

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense*: a província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil imperial. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MENESES, Paulo Roberto de J. *Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Aline P. *A Monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado*: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e na formação do Estado do Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

TOLENTINO, Thiago Lenine. *Monumentos de tinta e papel*: cultura e política na produção biográfica brasileira (1935 – 1940). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Bibliografia

AGUIAR, Antônio Augusto da Costa. *Vida do Marquez de Barbacena*. Rio de Janeiro: Im-



prensa Nacional, 1896.

ALMEIDA, Carla. Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João. L. R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos J. de (org.). *Conquistadores e negociantes: história das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 121-194.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, V. L. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: MOLLO, H. M.; NICOLAZZI, F. (org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 131-147.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack Braziliense. São Paulo: USP n. 2, p. 21-34, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Política Exterior do Império*. v.2. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

CANDAU, Joel. *Identidade e memória*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARONE, Edgard. Notícias sobre “Brasilianas”. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* Araraquara, ano 1, v. 1, p. 207-213, 1976. Disponível em: www.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1491/1195. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS Lúcia.; BASILE Marcello. (org.). *Às armas cidadãos! Panfletos, manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / O teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-48.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *MÉ-*

PEIXOTO, Rafael Cupello. Entre a atuação militar e a construção da memória: o marquês de Barbacena na campanha da Cisplatina.

T/S: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, , jan./jun, p. 73-94, 2003.

ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, jul. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FERREIRA, Pablo; WINTER, Murillo Dias. Os 200 anos da Guerra da Cisplatina: abordagens transnacionais em meio a celebrações nacionais: apresentação do dossiê. *Tempo*, Niterói, v. 31, n. 3, p. 1-7, set. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/>. Acesso em: 23 maio 2026.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço*: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 119-135, jan./jun. 2011.

GONÇALVES, Roberta Teixeira. General Alvear: a construção da vitória de Ituzaingó. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 11., 2014, Niterói. *Anais [...]*. Niterói, 2014. p. 1-11.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 111-142, maio/ago. 1986.

LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. v. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 401-444.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Tradução de Luiz A. Monjardim, Maria L. L. V. de Magalhães, Glória Rodrigues e Maria C. C. Gomes. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998. p. 167-182.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 20, n.36, p. 1-20. 2014.

OCTÁVIO, Rodrigo. *Minha memória dos outros*. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1934.

OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1944.

PARRON, T. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826 – 1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARRON, T. A “*Galeria dos brasileiros ilustres*”: S. A. Sisson e a elite imperial. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/739>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PEIXOTO, Rafael Cupello. *O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796 – 1841)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821 – 1823*. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1999.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Entre oligarquias: as origens da República Brasileira (1870-1920)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

SOARES, Rodrigo Goyena. A Guerra de Sessenta Anos. A região-mundo platina e as causas do conflito de 1864. In: MARQUESE, Rafael de Bivar *et al.* *Sistemas, tempos e espaços: Lab-Mundi em dez anos de fazer historiográfico*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024, p. 245-261.

NOTAS

¹ Para uma melhor compreensão acerca da produção historiográfica uruguaia sobre o conflito, cf. FERREIRA; WINTER, 2025, p. 1-7.

² Acerca de importante debate sobre a política externa brasileira no período monárquico, cf. PEREIRA, 2007, p. 51-76.

³ Partilhamos do conceito de “nobreza da terra” defendido por Maria Fernanda Bicalho, que o define como resultado de algumas práticas sociais das elites coloniais, referenciadas em uma cultura política do Antigo Regime, adquirindo modelos e valores sociais próprios, como o desenvolvimento de um discurso e uma prática genealógica, assim como a ideia de que a elite colonial teria raízes aristocráticas em razão tanto das origens de seus colonizadores como do caráter de conquista dessa colonização. Cf. BICALHO, 2005, p. 21-34.

⁴ A informação sobre a data de nomeação foi retirada de Pandiá Calógeras. Cf. CALÓGERAS, 1982, p. 83-84.

⁵ Segundo Pierre Bourdieu, o “campo político” é o lugar de concorrência pelo poder. Nele, são gerados produtos políticos, problemas, programas, análises, expressões, comentários e conceitos. Em tempos sem crise, a produção de formas de percepção e de expressões politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais. Por conseguinte, é um espaço de conflito e de disputa, visando obter um poder simbólico, que nada mais é do que a capacidade de um indivíduo ou grupo de obter para si um capital simbólico capaz de conquistar o poder político. O campo político dá-se dentro de um jogo político, no qual todos aderem às suas regras e as aceitam. Cf. BOURDIEU, 2012.

⁶ Carta imperial pela qual d. Pedro I fez mercê ao visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, do título de marquês de Barbacena, em 4 de novembro de 1826. Arquivo Nacional (Brasil). Fundo Marquês de Barbacena. BR AN, RIO.Q1.0.DPE.18, p. 1.

⁷ Conhecida pelos historiadores platinos como Batalha de Ituzaingó. Todavia, ela será nomeada da maneira como é conhecida no Brasil, isto é, Batalha do Passo do Rosário.

⁸ O *Semanário Cívico*, publicado a partir de 1º de março daquele ano, por iniciativa do comerciante português José da Silva Maia, configurou-se como um periódico de orientação marcadamente conservadora, alinhado à defesa do domínio colonial lusitano. Nesse sentido, sua atuação insere-se no conjunto da chamada imprensa absolutista do período. Conforme observa Nelson Werneck Sodré, em sua análise crítica presente em *História da Imprensa no Brasil*, o periódico teria sido alvo de forte rejeição entre os contemporâneos, chegando a receber, na Bahia, o apelido pejorativo de “semanário cínico”, indicativo das tensões políticas e simbólicas que atravessavam o campo da opinião pública naquele contexto. Cf. BRASIL, Bruno. Bicentenário da Independência | *Semanário Cívico*: o inimigo luso-baiano da Independência. 27 set. 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/bicentenario-da-independencia-semanario-civico-o-inimigo-luso-baiano-da-independencia/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

⁹ Panfleto de 1º março de 1821. Cf. CARVALHO; BASTOS; BASILE, 2012, p. 58-59. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves destacou que o emprego do termo “república”, no período em questão, expressava os sujeitos que se opunham às instituições tradicionais. Logo, se Barbacena colocava-se a favor da autonomia administrativa do Brasil perante Portugal, ele, então, era um “republicano”, porque era contrário aos princípios das cortes, que defendiam a manutenção do Reino Unido luso-brasileiro, sob os moldes “tradicionais”, ao pregar um maior poder de atuação da antiga metrópole sobre o Reino do Brasil.

¹⁰ Sobre os acontecimentos do movimento de fevereiro de 1821 na Bahia, bem como o desenrolar dos acontecimentos a respeito do “partido felisbertino”, cf. PEIXOTO, 2022, p. 148-160.

¹¹ Carta de Francisco Gomes da Silva, de 13 de outubro de 1828, ao marquês de Barbacena. Arquivo Nacional (Brasil). Fundo Marquês de Barbacena. BR AN, RIO.Q1.0.DIL.244.

¹² Sobre a relação entre o marquês de Barbacena e Francisco Gomes da Silva, cf. PEIXOTO, 2022, p. 174-222.

¹³ Carta de Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu, a José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, 16 jul. 1886. Manuscrito. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Fundo Conde de Iguaçu. Cota: I-02, 12, 060. Grifos nossos.

¹⁴ Carta de Pedro Caldeira Brant, conde de Iguaçu, a José Alexandre Teixeira de Melo. Rio de Janeiro, 4 ago. 1886. Manuscrito. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Fundo Conde de Iguaçu. Cota: I-02, 12, 061.

¹⁵ *Memórias genealógicas e históricas da família Brant e outras transcrições e originais por Pedro Caldeira Brant*. Rio de Janeiro: [s. n.], [s. d.]. p. 5v. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. Mss 17, 1, 016. Existe uma cópia do documento microfilmado pela Biblioteca, cf. microfilme MS-439.

¹⁶ Recordações históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina, sobre a questão da província Cisplatina, e durante o comando do tenente-general marquês de Barbacena, general em chefe do exército que operou naquela campanha. Por J. J. Machado de Oliveira. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XXIII, p. 497-584, out./dez. 1860; Reminiscências da campanha de 1827 contra Buenos Aires, pelo coronel A. A. F. de Seweleh. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XXXVII, p. 399-462, jul./dez. 1874; História da Campanha do Sul por ***. Batalha de Ituzaingó. Oferecida pelo visconde de Barbacena. RIHGB, Rio de Janeiro, t. XLIX, v. 1, p. 289-554, 1886. Em ata da sessão magna, de 21 de outubro de 1908, Max Fleiss, 1º secretário perpétuo do IHGB, fez referência a uma carta, oferecida pelo dr. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta ao instituto, do marquês de Barbacena a Salvador José Maciel, presidente da província do Rio Grande do Sul, datada de 16 de janeiro de 1827. Nela, o marquês relatou as privações e dificuldades que enfrentava na Campanha do Sul, pedindo o apoio dos membros da província no conflito. Cf. RIHGB, Rio de Janeiro, t. LXXI, pt. II, p. 598, 1908.

¹⁷ Sobre a Guerra do Paraguai, cf. SALLES, 1990.

¹⁸ Em artigo de 31 de julho/1º de agosto de 1896, Eunápio Deiró assumiu a autoria pela publicação oferecida pelo 2º visconde de Barbacena à RIHGB de 1886. Cf. O MARECHAL senador marquês de Barbacena. *A Notícia*. 31 jul./1º ago. 1896. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=1401>. Acesso em: 6 jul. 2025.

¹⁹ ACLAMAÇÃO de D. João VI. *A Notícia*, 6/7 fev. 1906, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=12437>. Acesso em: 5 jun. 2025. Grifo nosso. Em artigo sobre d. Amélia, segunda imperatriz, mais uma vez, Vieira Fazenda recorreu ao 2º visconde de Barbacena: “Disse-me por vezes o visconde de Barbacena que seu pai havia cabalmente satisfeito os desejos a d. Pedro I”. Cf. A SEGUNDA imperatriz. *A Notícia*, 26/27 set. 1911, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=18015>. Acesso em: 7 jul. 2025.

²⁰ TIRADENTES (depoimentos dos velhos). *A Notícia*, 6/7 maio 1906, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=8598>. Acesso em: 5 jun. 2025.

²¹ NOTÍCIA sobre o falecimento do visconde de Barbacena. 29 maio 1906. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário biográfico da viscondessa de Cavalcanti*. Lata III. Envelope 79: Marquês de Barbacena; “Gazetilha”. “VISCONDE de Barbacena”, por Eunápio Deiró. 20 jul 1902. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário biográfico da*

viscondessa de Cavalcanti. Lata III. Envelope 79: Marquês de Barbacena.

²² “VISCONDE de Barbacena”, por Eunápio Deiró. 20 de jul. 1902. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário biográfico da viscondessa de Cavalcanti*. Lata III. Envelope 79: Marquês de Barbacena.

²³ PARRON, T. A “*Galeria dos brasileiros ilustres*”: Sisson e a elite imperial. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/739>. Acesso em: 10 jan. 2018.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Tâmis Parron afirmou que a “política da escravidão” deve ser entendida como: “uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais; a esse modo de agir, é claro, correspondia também um protocolo discursivo, com seus lugares-comuns e suas verdades universais”. Cf. PARRON, 2011, p. 18.

²⁶ Costa Aguiar faleceu em 1877. Em seu livro de memórias, Rodrigo Octávio (pai), acadêmico da Academia Brasileira de Letras, informou que a autoria de Aguiar sobre a obra *Vida do Marquez de Barbacena* foi posta em xeque. Como ela foi publicada apenas em 1896, isto é, 19 anos após o falecimento de Aguiar, muitas pessoas acreditaram que a obra era uma publicação de Felisberto Caldeira Brant, 2º visconde de Barbacena e filho do referido marquês, utilizando o pseudônimo de Costa Aguiar, a fim de dar maior credibilidade à biografia. A dúvida é lançada porque, no sétimo volume do *Diccionario Bibliografico Brasileiro*, de Blake, o autor afirmou ser o 2º visconde de Barbacena o escritor de *Vida do Marquez de Barbacena*, sendo Costa Aguiar seu pseudônimo. Cf. BLAKE, 1902, p. 396-397. No entanto, como destacou Rodrigo Octávio, o próprio Blake, no primeiro volume de seu dicionário, fez referência a Costa Aguiar como autor da obra *História do Marquez de Barbacena*, sendo casado com uma filha de José Bonifácio de Andrada e Silva. Cf. BLAKE, 1893 p. 112. Rodrigo Octávio, em suas memórias, confirmou a existência de Costa Aguiar e sua autoria sobre a obra. Cf. OCTÁVIO, 1934, p. 313. No *Diccionario Bio-Bibliografico Brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*, de Argeu Guimarães, este confirma as informações de Octávio. Cf. GUIMARÃES, 1938, p. 17.

²⁷ O MARECHAL senador marquês de Barbacena. *A Notícia*, 14/15 abr. 1896. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&PagFis=1401>. Acesso em: 6 jul. 2025.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ O MARECHAL senador marquês de Barbacena. *A Notícia*, 31 jul./1º ago. 1896, *op. cit.*, p. 3.